

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalser Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalser Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalser Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos	
Resoluções de Afastamentos nº 732 e 733/2013	2
Atos Legislativos	
Ata da 2269ª Sessão Ordinária - Sucinta	2
Ata da 2261ª Sessão Ordinária - Íntegra	3
Ata de Reunião Comissão Especial Interna - Resolução nº 046/13	8
Ata da 2ª Reunião da Comissão Especial Interna - Resolução nº 046/2013	8

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 732/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **ANTONIO MALVA NETO Matrícula 001050** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 13.12 a 22.12.2013, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atribuições funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 733/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS** para viajar com destino a cidade de São Luís-MA, no período de 13.12 a 17.12.2013, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de dezembro de 2013

Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA

Presidenta em Exercício

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia onze de dezembro de dois mil e treze, no Plenarinho desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima sexagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Chicão da Silveira**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Moção de Pesar s/nº/13, de 10/12/13, do Deputado Ivo de Sousa Pereira, pelo falecimento de Nelson Mandela, o maior símbolo de combate ao regime de segregação racial, conhecido como Apartheid. Ofício nº001/13, de 06/12/13, da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº010/13, informando que esta Comissão Especial Externa, nos termos do Ato Normativo nº001/12, para ouvir o senhor Raimundo Nonato Mota Filho, Presidente da Agência de Fomento do Estado de Roraima – AFERR, perdeu seu objeto, tendo em vista a exoneração do mesmo. Requerimento s/nº /13, de 10/12/13, da Comissão Especial Interna criada por meio da Resolução nº020/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta comissão. Ofício nº001/13, de 10/12/13, da Comissão Especial Externa criada por meio da Resolução nº037/13, informando que esta Comissão Especial Externa tornou-se extinta. Memorando nº 063/13, de 10/12/13, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 10/12/13. **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 074/13, de 06/12/13, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando a apreciação, o Projeto de Lei que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima-ADERR”. Ofício nº 110/13, de 05/12/13, do Governador do Estado de Roraima, restituindo o Projeto de Lei Complementar Substitutivo, referente à Mensagem Governamental nº036, de 24/06/10. Ofício nº 111/13, de 06/12/13, do Governador do Estado de Roraima, solicitando a restituição da Mensagem Governamental nº057, de 06/12/13. Ofício nº 112/13, de 06/12/13, do Governador do Estado de Roraima, restituindo o Projeto de Lei Substitutivo, referente à mensagem Governamental nº057, de 06/12/12. **GRANDE EXPEDIENTE:** o Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** iniciou reportando-se a situação crítica em que se encontra o sistema energético do Estado, ressaltando que no dia de ontem houve apagão em toda a cidade. Continuando, informou que há quinze dias o Ministério Público Federal do Estado do Amazonas entrou com uma ação para suspender a rede de transmissão de energia da fronteira do Estado do Amazonas para Roraima, o que foi concedido pela justiça, pois, segundo o Senhor Parlamentar, o Ministério Público alegou que havia uma comunidade indígena isolada, a Pirittiti, perto de Rorainópolis, composta por não mais do que quinze pessoas e detém mais de quarenta e quatro mil hectares de terras. De acordo com o Senhor Parlamentar, esse órgão deveria se preocupar com o Estado do Amazonas e não prejudicar a população do Estado de Roraima. Prosseguindo, destacou a necessidade desta Casa se posicionar sobre o assunto, a fim de tentar derrubar essa liminar que foi concedida no Estado do Amazonas. Destacou, ainda, a importância desta Casa informar à Assembleia do Amazonas e à mídia que o linhão não atingirá essas famílias. Continuando, informou que dentro da reserva Waimiri-Atroariencontra-se a maior mineradora do País, recentemente comprada por um grupo português e que ninguém questiona. Finalizou, dizendo que não irá se calar diante dessa atitude absurda de procuradores federais advindos do sul e do sudeste, que não conhecem a realidade da Amazônia e prejudicam a população do Estado de Roraima que sofre com constantes apagões. O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** usou do Expediente para cobrar a entrega do hospital de Rorainópolis, cuja previsão inicial para conclusão da obra era o ano passado e embora tenha sido transferida para o mês de dezembro, até o momento a obra encontra-se inacabada. Prosseguindo, informou que os motoristas do SAMU, que atendem os Municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Rorainópolis, estão trazendo os pacientes para serem atendidos em Boa Vista, sobrecarregando o Hospital Geral que foi projetado para atender a demanda da capital. Ressaltou que os motoristas estão custeando o combustível de volta porque os postos cancelaram o contrato por falta de pagamento. Continuando, reportou-se a mais uma obra que não foi concluída, a do Hospital das Clínicas, que previu prazo de quatrocentos e sessenta dias para entrega, embora já tenha se passado mil. Finalizou, destacando que os membros da atual gestão serão candidatos novamente, e como de costume irão prometer mais qualidade na rede pública de saúde e na educação, destacando que caberá ao eleitorado fazer sua escolha. O Senhor Deputado **Ivo Som** agradeceu a leitura de Moção, de sua autoria e assinada por

vários Deputados, em homenagem ao grande líder da humanidade Nelson Mandela. Em seguida, teceu homenagens também aos onze anos de falecimento do grande líder do Estado de Roraima, Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto. Prosseguindo, parabenizou a postura dos Senadores Romero Jucá e Ângela Portela com relação à Proposta de Emenda Constitucional referente ao voto aberto no Senado e na Câmara Federal, destacando que a primeira votação acontecerá hoje, mas esses Senadores já declararam, de antemão, que são favoráveis. Segundo o Parlamentar, é facultativo a cada Estado aprovar ou não o voto aberto, mas ele acredita que o Estado de Roraima deve acompanhar outros Estados que já aprovaram tal proposta. Finalizou, lembrando que a PEC de sua autoria continua tramitando neste Poder esperando para entrar na pauta da Ordem do Dia e ser colocada para votação em Plenário. **ORDEM DO DIA:** Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 018/13, que "Declara de Utilidade Pública a Agência de Desenvolvimento Sustentável Socioagroambiental – ADLIS", de autoria do Deputado RemídioMonai." Em seguida, suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final pudesse analisar e emitir Parecer ao referido Projeto. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Resolução nº 052/13, que "Cria a Comissão Especial Externa para analisar e emitir Parecer aos Projetos de Lei nºs 079 e 080/13". Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 093/13, da Comissão Especial Interna criada através da Resolução nº 020/13, solicitando prorrogação de prazo por igual período desta Comissão. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 039/13, pelo falecimento de Nelson Mandela, de autoria do Deputado Ivo Som. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 018/13. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** parabenizou o servidor desta Casa, Alfredo Maia, pela passagem do seu aniversário. O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** convidou os Membros da Comissão de Obras para uma reunião, no próximo dia 12, após o término da Sessão. O Senhor Deputado **Ivo Som** agradeceu aos seus Pares pela aprovação da Moção de Pesar nº 039/13, de sua autoria. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 12, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Águida **Portella**, **Aurelina Medeiros**, **Brito Bezerra**, **Chicão da Silveira**, **Coronel Chagas**, **Dhiego Coelho**, **Erci de Moraes**, **Flamarion Portela**, **Gabriel Picanço**, **George Melo**, **Ivo Som**, **Jean Frank**, **Joaquim Ruiz**, **Marcelo Cabral**, **Marcelo Natanael**, **Mecias de Jesus**, **Naldo da Loteria**, **RemídioMonai**, **Soldado Sampaio** e **Zé Reinaldo**.

Aprovada em: 12/12/13

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2261ª SESSÃO, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013.
 46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte de novembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima sexagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata.

Não havendo quem queira discuti-la, passaremos para a votação, que será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Memorando nº 045/13, de 19/11/13, do Deputado George Melo,

justificando sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 20 e 21 de novembro do corrente ano.

- Requerimento s/nº/13, de 19/11/13, da Comissão Especial Externa criada por meio da Resolução nº 007/13, alterada pela Resolução nº 015/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão.

- Indicação s/nº/13, de 19/11/13, do Deputado Gabriel Picanço, sobre a recuperação das vicinais 04, 08, 10 e 12 do Município de Caroebe.

- Projeto de Lei s/nº/13, de 14/11/13, do Deputado Jean Frank, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de atração voltada para o público gospel nos eventos que especifica e dá outras providências.

- Projeto de Lei s/nº/13, de 14/11/13, do Deputado Jean Frank, que dispõe sobre a proibição de mascarados em manifestações pacíficas, e dá outras providências.

- Ofício nº 013/13, de 19/11/13, da Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 009/13, alterada pela Resolução nº 016/13, informando que esta Comissão Especial, destinada a ouvir o Senhor Barac da Silva Bento, perdeu o objeto, tendo em vista a exoneração do titular da pasta, conforme Decreto Governamental de 14 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, não há Orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo Orador inscrito e, não havendo Ordem do Dia, atendendo ao Requerimento nº 078/13, aprovado na Sessão Plenária do dia 12 do corrente, transformo a Sessão Plenária em Comissão Geral, momento em que esta Casa prestará homenagem ao dia Nacional da Consciência Negra.

Senhoras e Senhores bom dia. Sejam todos bem-vindos à Comissão Geral em comemoração ao dia Nacional da Consciência Negra.

Convido para compor a Mesa, a Ilustríssima Senhora Cláudia Furtado, Presidente da Associação de Umbanda Ameríndios e Cultos Afro-brasileiro do Estado de Roraima – ASUAER e Representante Estadual da Articulação Amazônica do Povo Tradicional da Matriz Africana – ARATRAMA.

Solicito ao Senhor Deputado Gabriel Picanço que a acompanhe até a Mesa dos Trabalhos.

Solicito ao Senhor Deputado Erci de Moraes que acompanhe até a Mesa dos Trabalhos, Excelentíssimo Senhor, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Jorge da Silva Fraxe.

Solicito à Senhora Deputada Ângela A. Portella que acompanhe até a Mesa dos Trabalhos Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Cultura, Marco Aurélio Porto.

Solicito ao Senhor Deputado Francisco Flamarion Portela que acompanhe até a Mesa dos Trabalhos a Delegada de Polícia Civil, Doutora Cândida Magalhães, que neste ato representa Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Francisco Sá Cavalcante.

Solicito ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz que acompanhe até a Mesa dos Trabalhos a Professora Ilma Araújo Xaud, Presidente do Conselho Estadual de Educação.

Solicito ao Senhor Deputado Soldado Sampaio que acompanhe até a Mesa dos Trabalhos a Senhora vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura, Senhora Vânia Coelho de Souza, que neste ato representa o Conselheiro João Pujucã Pinto Souto Maior Filho.

Convidamos a todos os presentes para de pé cantarmos o Hino Nacional. (Hino Nacional)

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito à Senhora Deputada Aurelina Medeiros que conduza à Mesa dos Trabalhos o Superintendente de Cultura da FETEC, Senhor Hudson Valério Moraes Guimarães.

Solicito ao Senhor Deputado Naldo da Loteria que conduza à Mesa dos Trabalhos a Coordenadora Estadual da União de Negros por Igualdade, Glória Rodrigues Serra.

Solicito ao Senhor Deputado Célio Wanderley que conduza à Mesa dos Trabalhos a Diretora do Departamento de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação e Desporto, Professora Cleonides Gomes Pereira.

A Senhora Mestre de Cerimônia (Camília Leite) – Neste momento vamos apresentar uma saudação de tambores de origem africana, com os artistas da Associação de Umbanda Ameríndios e Cultos Afro-brasileiro do Estado de Roraima, com Iarlem e Layde, e o atabaqueiro Francisco.

(Apresentação)

A Senhora Mestre de Cerimônia (Camília Leite) – Neste momento anunciamos a palavra do vice-presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhoras e Senhores Deputados, quero cumprimentar a Presidente da Associação de Umbanda, Senhora Cláudia Furtado; o Senhor Secretário Estadual de Cultura, Senhor Marcos Aurélio Porto; o Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Jorge da Silva Fraxe; a Doutora Cândida de Magalhães, que neste ato representa o Secretário de Estado da Segurança Pública; a vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura, Senhora Vânia Coelho de Souza; o Superintendente de Cultura da FETEC, Senhor Hudson Romero Moraes Guimarães; a Coordenadora Estadual

da União de Negros pela igualdade, Glória Rodrigues Serra; o Gerente do Núcleo de Ações Programáticas de Saúde da População Negra, da Secretaria de Estado da Saúde, Senhor Olavo Paulo Andrade Barros; a Diretora do Departamento de Educação Básica, da Secretaria de Estado de Educação e Desporto, Professora Cleonides Gomes Pereira; o senhor Miguel Borges, músico que nos brindou com sua apresentação, enfim, a todos o nosso cordial bom dia e as nossas boas vindas a esta Casa.

Minhas Senhoras e meus Senhores, público que assiste a esta Sessão, minhas cordiais saudações.

Faço uso da palavra para saudar a passagem do dia 20 de novembro, data destinada à reflexão sobre a situação dos negros na sociedade brasileira.

O Dia Nacional da Consciência Negra nos remete ao dia 20 de novembro de 1695, dia em que Zumbi, Rei do Quilombo dos Palmares e Líder da Resistência Negra ao escravismo foi morto tendo o seu corpo exibido em praça pública para semear o medo entre os escravos e impedir novas revoltas e fugas. Mas o efeito foi oposto. O acontecimento despertou em muitos a consciência de que era preciso lutar contra a escravidão e as desigualdades, como Zumbi havia ousado a fazer.

Séculos se passaram e Zumbi dos Palmares foi reconhecido oficialmente como herói nacional em 1997, e sua luta continua viva entre nós. Aproveitem então a oportunidade para lembrar que foi a custas do sofrimento dos negros nas senzalas, nos campos e nas cidades que foi erguido tudo que havia nos primórdios da história do Brasil.

Sabemos muito bem que a monarquia brasileira era sustentada principalmente pela escravidão, antes do advento da abolição. Tanto é que, como prova disso, em 1888 os Coronéis da política de então, os grandes fazendeiros, os donos das senzalas que sustentavam a monarquia, retiraram o apoio ao Rei e, um ano depois, houve a Proclamação da República.

E, a abolição da escravatura fez com que o Brasil avançasse ainda mais acabando com a Monarquia, por fim Deodoro da Fonseca Proclama a República.

Então, o sofrimento dos negros, escravos por mais de dois séculos no País, ruiu com a Proclamação da República.

Com a lei da abolição em 1888, o Brasil mudou, e hoje é uma das maiores economias do mundo. No entanto, a população negra cerca de 45% da população brasileira, segundo o IBGE, continua em situação de desigualdade, ocupando as funções menos qualificadas no mercado de trabalho e na condição de maiores agentes e vítimas da violência nas periferias das grandes cidades. Porém, a ocorrência recente de importantes fatos na política do País indica sinais de mudanças positivas nesse quadro. Cito, por exemplo, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoções da Igualdade Racial, promovida pelo governo do Presidente Lula, no dia 21 de março de 2003, com a missão de propor iniciativas contras desigualdades raciais no País. Este programa, tendo em vista os resultados que vem alcançando, merece uma maior atenção por parte de todos nós.

O movimento negro, e as lideranças das comunidades remanescentes de quilombos, asseguraram, na Constituição de 1988, direito à preservação de sua cultura e identidade, bem como o direito à titulação das terras ocupadas por gerações e gerações de homens e mulheres que se contrapuseram ao regime escravocrata e constituíram um novo modelo de sociedade e de relação social.

Outro acontecimento para a luta do movimento negro/brasileiro foi protagonizado recentemente pela Câmara dos Deputados, com a aprovação, em setembro passado, do Estatuto da Igualdade Racial. Esse instrumento institui o sistema nacional de promoção da igualdade racial, um conjunto de mecanismos legais para organizar e articular as ações voltadas à implementação das políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnico-raciais existente no País.

Tenho convicção de que a sociedade Brasileira, em especial a comunidade negra, alcançou importantes avanços na luta pelo fim da desigualdade e da intolerância racial. Mas também, não tenho dúvida de que temos muito a trilhar para alcançarmos o mundo que Zumbi dos Palmares representa, ou seja, uma sociedade na qual todos têm igualdade formal de direito e igualdade real de oportunidades.

Viva a memória de Zumbi dos Palmares. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Registro a presença nesta Comissão Geral do Gerente do Núcleo Programático de Saúde da População Negra, Olavo Paulo Andrade de Barros; do Senhor Manoel Lobos, historiador, pesquisador e membro da Rede Amazônica Negra; do Senhor Alexandre Cabral Moreira Pinto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RR.

Quero registrar também a presença do Coordenador Geral dos povos ciganos do Estado de Roraima, Rogério Vanciler e do Diretor Estadual dos povos ciganos, Daniel Miller.

Neste momento convidamos para fazer uso da palavra a Senhora Cláudia Furtado, Presidente da Associação de Umbanda, AMERÍNDIOS.

A Senhora Cláudia Furtado - Presidente da Associação de Umbanda Ameríndios e Cultos Afro-brasileiro do Estado de Roraima – ASUAER e Representante Estadual da Articulação Amazônica do Povo Tradicional da Matriz Africana – ARATRAMA – Bom dia a todos.

Senhores Deputados, aos mais velhos e aos mais novos, a bênção.

Senhores Deputados, permitam-me saudar a Mesa, na pessoa do Presidente desta Casa, Deputado Chico Guerra, autor da propositura desta Audiência, bem como saudar a plenária, na pessoa de mãe preta, que é a nossa mãe de santo mais antiga da instituição.

E saudar o povo cigano na pessoa do Rogério Ribeiro.

Souiadola de Yemanjá, souEkede da Casa dom Ile axé Iwale, filha de Iwale de Yemanjá. Sou presidente da ASUAER, Associação de Umbanda – AMERÍNDIOS Afro-brasileiro, do Estado de Roraima, e Coordenadora Estadual de Articulação Amazônica tradicionais de matrizes africanas Aratama.

A ASUAER foi fundada em 2006, e hoje agrega 120 terreiros de umbanda e candomblé no Estado de Roraima.

Falar da liberdade religiosa nos remete a uma reflexão acerca de nossa ancestralidade.

Todo mundo que tem uma religião possui uma referência tradicional sobre a fé que professa. É dever de toda sociedade respeitar as manifestações religiosas. Digo isso como reflexão a todos os presentes que acreditam na fé que professam e, chamo a reflexão: Você é capaz de compreender as variadas manifestações religiosas de seu país a partir da diversidade etno-racial, ou você ousa restringir a um país continental a sua fé, desconsiderando toda e qualquer outra manifestação? O Tema diversidade religiosa tem como objetivo levar a sociedade a se aproximar do exercício permanente de não considerar a sua fé como única verdade e salvação. Respeito a diversidade religiosa e defendo que todos professem a sua fé, que respeitem a fé dos outros, pois quando não conseguimos exercer este comportamento, somos arbitrários e praticamos uma ação racista, soberana e excludente que é a intolerância religiosa. Deus é o mesmo em todas as religiões, é ele que nos traz os conceitos de amor e união. Preocupa-me o silêncio do estado brasileiro, frente aos crimes de ódio e intolerância religiosa diuturnamente, apresentados nos canais de televisão. A Lei 12.288, referente ao Estatuto da Igualdade Racial, reforça a nº 7.716, que é a Lei que dá mais peso para a punição dos crimes de intolerância religiosa, crimes que podem levar até 3 anos de prisão. E, não é o nosso desejo a prisão de quem quer que seja, porque somos uma cultura de paz, mas exigimos respeito para com os nossos, ver e celebrar a vida em conformidade com os nossos ancestrais. Acreditamos na laicidade do estado brasileiro, estamos lutando por ela e precisamos ter os senhores Deputados como aliados nesta árdua tarefa de tornar o Brasil um país mais humano, justo. A hora é esta! Que o dia 20 de novembro não seja apenas um dia de lembrança e nostalgia, que ele esteja sempre presente na nossa história de ações afirmativas que garantam cidadania a cada um de nós, pois não se governa com religião. Que minha mãe Iemanjá abençoe a todos. Obrigada!

O Senhor Miguel Borges, representante da Timbala Gueto – Bom dia. Primeiramente, quero saudar Excelentíssimo Senhor Coronel Chagas e, em nome dele, os demais Deputados, também quero agradecer aos Deputados que apoiaram este movimento da consciência negra. E, quando se fala em consciência negra, as pessoas pensam logo em reivindicar. Mas, neste momento eu quero agradecer ao Excelentíssimo Senhor Deputado Chico Guerra por aproximar o povo afro dos políticos, foi muito bonito isso. Eu estou aqui, no Estado, há 23 anos, fui eu quem trouxe o axé e os maiores percursionistas que moram aqui, e vejo a luta. Roraima não é diferente dos demais Estados. Inclusive, em Manaus é feriado. Manaus aboliu a escravatura ante dos outros Estados, em 1884. Por que quando se fala no Norte as pessoas pensam em indígena? A mão de obra escrava continua até hoje, só que de outra forma, porque criaram a classe A, B e C. Hoje, os quilombos foram substituídos pelas favelas, onde moram os negros e os brancos menos favorecidos. Eu acho que são negros também... Eu não vim para reivindicar, mas para agradecer a todos os Deputados que fazem política em prol dos negros. E, peço a inclusão dos povos afros na cultura, na saúde e na educação. Eu peço aos povos afros que, nas próximas eleições, votem em políticos compromissados com o tema. Essa é a hora... Por que quando se fala nos negros, se referem a cotas? Esse sistema de cota é a maior discriminação que existe. O sinal de igualdade são duas barrinhas, se você bota porcentagem, vai ter que colocar um traço, e se torna diferença, aí está a diferença, a discriminação, a cota. Eu acho que em todo o Brasil ninguém aceita isso, porque quem não é afrodescendente, levante a mão. Todos nós somos, não importa a cor da pele. Eu sou descendente de holandeses, de índio e de negro. Na invasão da Bahia pelos holandeses, minha avó foi pega em uma oca, e meus avós eram escravos. Então, a miscigenação no Brasil deu origem a esta raça maravilhosa que são os Brasileiros. Muito obrigado a todos os Deputados!

O Senhor Olavo Paulo Andrade Barros, Gerente do Núcleo de Ações Programadas de Saúde da População Negra do Estado – Bom dia a todos. É um privilégio estar presente neste dia festivo. Apesar de ter a pele mais clara, eu me orgulho muito de ser neto de negro. O que ele falou não foi nada mais do que a nossa realidade populacional. Ainda ontem eu conversava que sou um brasileiro feliz, porque tenho essas misturas de raças: negro, indígena, portuguesa e espanhola. Quero agradecer o convite feito pela Adriana Cruz, quando ficou sabendo da atuação do núcleo de saúde da população negra dentro do Estado de Roraima, e dar o meu bom dia a todos que fazem parte da Mesa e aos demais Deputados que fazem parte da

plenária. A Política Nacional da População Negra é diferente. Hoje, ela é política nacional. Há uma Portaria, a 992/2009, que organizou essa política através do Estatuto da Igualdade racial. Então, em Boa Vista, a Portaria de 14 de fevereiro de 2009 já está atuando dentro da Secretaria de Saúde, hoje tomando um novo padrão de trabalho, ou seja, nossa programação de atividades será desenvolvida a partir de 2014. E por quê? Assumi recentemente esta Gerência, que tinha pouco conhecimento dentro do Estado, e nossos planos são de ampliar o atendimento dentro das unidades básicas de saúde da capital e, eu creio que no mês de junho levaremos para todos os municípios do Estado de Roraima. Uma das questões que mais me chama atenção dentro do programa é a inclusão do quesito cor dentro dos órgãos de saúde, para termos um padrão de informação epidemiológica dentro dessa população, ou seja, o que preconiza o Ministério da Saúde, em se tratando da doença falciforme, porque é uma doença pouco conhecida, poucas pessoas têm conhecimento dela, ela é característica da população negra, trazida da África e instituída em todos os países do mundo, de origem genética, e isso é muito recente, pouco se sabe ou se fala. E dentro do que a organização mundial de saúde prioriza, é um problema de saúde pública e epidemiológica. Nisso consiste o trabalho da Secretaria de Saúde, em querer ampliar dentro da capital e dos Municípios um trabalho que vai trazer novas informações e demonstrar, dentro desse Estatuto, dentro do que foi resolvido, o que hoje é a inclusão da sociedade negra dentro dos órgãos de saúde, com determinada igualdade. Uma das questões que tomei conhecimento é que dentro do programa de saúde da população negra nós não tínhamos informação de Comunidade Quilombolas. E, existe uma política direcionada às Comunidades Quilombolas, e o pouco que se sabem, segundo a Glória nos informou agora, existem determinados estudos sociais já organizados na questão de informar. Pois dentro do nosso Estado embora existam Comunidades Quilombolas há muito tempo, eles não constam no histórico da nossa cidade. Esse foi um ponto que o Doutor Rui, do Ministério da Saúde, antropólogo, ficou pasmo. Ele disse que veio até Boa Vista em 2009 e não teve essa informação, mas agora, em 2013, está tendo. Ele disse ainda que virá a Roraima ano que vem para tomar ciência desse trabalho e, eu queria ter mais conhecimento para justamente iniciar um trabalho dentro do que preconiza o Ministério da Saúde em relação às Comunidades Quilombolas.

Todo nosso trabalho é desenvolvido dentro da Secretaria de Saúde, junto à Atenção Básica. As pessoas que tiverem necessidade e quiserem maiores informações, podem se dirigir à Secretaria de Saúde e procurar o nosso núcleo que fica aberto até uma da tarde.

Eu trouxe um slide para apresentar, mas como houve um problema técnico no computador, não será mais apresentado.

No entanto, acho que já deu para entender que nós, hoje, em Roraima, temos um programa em ação. Esse programa é desenvolvido em todo país e é o maior trabalho desenvolvido nas principais cidades com comunidades afro-descendentes. Bahia, Minas Gerais, Goiás e São Paulo hoje têm grande concentração. Porto Alegre tem um grande centro de tratamento com relação a essa doença falciforme e um trabalho desenvolvido para população negra. E o que nós queremos, a partir do ano que vem, já está englobado com os movimentos sociais, formamos o nosso comitê de saúde que o determina o Ministério da Saúde. Agradeço pelo convite e parabéns toda a população negra e esta Casa por dispor desse momento e que Deus nos abençoe a todos nós.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Convido para fazer parte da Mesa dos trabalhos o Secretário da Justiça e Cidadania, Coronel Waneí Vieira Filho, que neste ato representa o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Junior.

Convidamos agora para fazer uso da palavra a Coordenadora Estadual da União dos Negros pela Igualdade, Glória Rodrigues Serra.

A Senhora Glória Rodrigues Serra – Coordenadora Estadual da União dos Negros pela Igualdade. Bom dia a todos. Quero agradecer o propósito deste ato da Assembleia Legislativa, cumprimentando à Mesa e todas as autoridades aqui presentes. Registro a presença de alguns companheiros que fazem parte do movimento: o Senhor André, o Professor Adalberto, o Idemir. Estas pessoas, ao longo dos anos, principalmente a Claudia Cristina, Coordenadora das Religiões de Matrizes Africanas no Estado de Roraima, vêm desenvolvendo um trabalho de base desde 2006. Estamos trabalhando em parceria com outras instituições federais, com a Universidade Federal, com órgãos que trabalham em implementações de políticas públicas, e temos um trabalho árduo. Com relação à luta do movimento negro no Estado de Roraima, avançamos passo a passo. Quero propor uma pauta dentro do projeto para que seja construída por esta Casa, o Conselho Estadual da Igualdade Racial e que a data de hoje, 20 de novembro, seja dada como feriado estadual, como ocorre em outros Estados brasileiros. Fico muito feliz de saber que essas políticas públicas estão sendo implementadas. Um dos primeiros passos que nós avançamos neste aspecto foi dentro da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania. Quero aqui agradecer o apoio que obtivemos do Secretário Waneí, considerado o pontapé inicial para todas essas discussões. Isso vem ocorrendo de forma efetiva, demonstrando que o poder público, hoje, está inteiramente comprometido com a causa negra. É lógico, claro e evidente que o processo da construção política que é a consolidação dessas políticas públicas, não ocorre da noite para o dia. Há 300 anos que a abolição da escravatura acabou, mas percebeu-se que ainda há resquícios em algumas ações que ainda

são dadas como escravas. Quero registrar, também, que no decorrer do nosso trabalho, enquanto entidade, enquanto movimento negro, citando parte da história do meu avô que chegou a Roraima em 1916, como soldado da borracha, que bem como os demais negros que vieram desbravar o norte do Brasil. Entraram no exército brasileiro, na época, antes disso, ocupar para não entregar a Amazônia. Nesse processo de consolidação, a gente acabou absorvendo informações que estavam na invisibilidade. Nós não temos quilombos, temos remanescentes quilombolas que vieram de outros estados para Roraima e isso é bem visível dentro das comunidades de matrizes africanas, isso é muito claro. Nós temos outro dado também na Serra da Lua, sobre famílias quilombolas, onde existe um sítio arqueológico, que, na verdade, é um cemitério com essas famílias. Então, todas essas informações a gente vem compartilhando com as instituições de pesquisa. O fato é que muitos não tinham conhecimento, pois esse trabalho, ação e desenvolvimento, se dão por conta de má parceria com as instituições e entidades. A gente, também, com relação ao combate à violência e a intolerância religiosa, procuramos, também, o Presidente da OAB, Doutor Fraxe, para fechar uma parceria com relação a esses atos que, realmente, são violentos contra a população negra, principalmente, as relacionados à intolerância religiosa ou o preconceito, que chamamos preconceito velado, que existe dentro das instituições estaduais governamentais. Então, a gente está avançando ainda em muitas questões. Proponho a esta Casa, também, como um avanço, um pontapé inicial para todas essas construções políticas, criação de conselho, por iniciativa desta Casa a instituição do dia 20 de novembro como feriado estadual. Quero agradecer aqui ao Deputado Sampaio e a todos os Deputados aqui presentes que estão acreditando no fortalecimento da política da população negra. Quero, também, agradecer a presença do representante da comunidade cigana, que também está avançando na construção política no Estado. Isso já vem ocorrendo em outros estados, a gente tem acompanhado o crescimento dessa população, dando visibilidade a essas políticas em favor da população marginalizada. Agradeço novamente, pedindo a esta casa a elaboração da proposta de criação do dia 20 de novembro como feriado estadual. Muito obrigada.

O Senhor Manoel Lobo, Historiador e Pesquisador, militante do Movimento Negro e da Rede Amazônica Negra – Bom dia a todos e a todas, cumprimento os Deputados aqui presentes na pessoa do Deputado Soldado Sampaio, que é companheiro de luta dos movimentos sociais. Na minha exposição, tentarei respeitar o tempo estabelecido. Minha ideia vai totalmente contrária a do meu antecessor, quando diz respeito às questões raciais deste país na construção, na formação da sociedade brasileira. Como historiador, baseado nas pesquisas e estudos, sei que a formação do Estado brasileiro não foi criada de maneira harmônica ou recíproca como foi colocado aqui, sobre as três etnias que formaram este Estado, ou seja, a relação entre o europeu, o indígena e o negro foi extremamente conflituosa. Nesse choque de raças o indígena e o negro ficaram sob jugo do açoite durante 300 anos de escravidão e de exploração pelo branco. O dia 20 de novembro não é só um dia de festa, mas também de reflexão acerca das políticas equivocadas feitas pelo Estado Nacional, que marginalizou a comunidade indígena e a negra e continua marginalizando, enquanto o mais perverso é o preconceito institucional, o racismo institucional estabelecido pelo estado brasileiro. Quando a gente se aprofunda na política, por exemplo, na política que diz respeito ao avanço das comunidades afro-descendentes, como a política de cota, dita aqui como discriminatória, mas não é. Eu sou defensor da política de cota. Sempre fui. Na Universidade Federal de Roraima, não tem nada a ver com auto discriminação, porque não diz respeito ao QI, tem a ver com a oportunidade, dar oportunidade a quem ficou 300 anos alijado do processo, dito desenvolvimento capitalista deste País. Então, é uma forma de recuperar a quem não teve oportunidade. Política de cota não tem a ver com racismo dos próprios negros, não tem a ver com QI, tem a ver com aqueles que não tiveram oportunidade. É uma política compensatória, uma política que tem prazo de validade. Até vemos negros, negras em banco de Universidades Públicas, cujo número ainda é desigual. Então, quando se fala em desigualdade racial, é preciso saber que este é um País racista, basta olharmos os números na saúde, no trabalho, em todos os campos os negros estão à margem. Como neste poder, vocês já viram quantos negros há nesta Casa como Deputados. E falam em igualdade de direito, de romantismo, que foi fomentado pelo Gilberto Freire no livro “Casa Grande e Senzala”, que diz que o Brasil não é racista. Que criou a imagem do mito da democracia racial, onde negro, índio e europeu conviviam de forma harmoniosa. Foi assim que nasceram os brasileiros? Não é bem assim a história deste país. A história deste país foi feita por negros açoitados, apanhando todos os dias, ouvindo dizerem que negro não era gente, era mercadoria, e o que sobrou para eles foi, após a chamada abolição, a favela. Então, é sobre isso que a gente precisa refletir no Dia da Consciência Negra. É o dia de todos os negros e negras deste país, pensar, ter orgulho de ser negro. O respeito à diversidade, às religiões, às expressões culturais. Essa é uma grande saída para a gente construir um país de fato. Então, hoje, dia 20 de novembro, em todo o Brasil está havendo comemorações, fazendo reflexões. Na Universidade, desde segunda-feira começou um evento em homenagem à semana da Consciência Negra. E é preciso fazer uma reflexão, que neste país, quando se fala de políticas das minorias, que são a maioria, as pessoas sempre fazem vista grossa. O negro é bonzinho. É igual ao branco quando ele está quietinho no lugar dele. Mas

quando ele vai à rua cobrar políticas públicas, no caso da política de cotas, que é uma política afirmativa, não tem nada a ver com política discriminatória, num país onde já há segregação. Os negros não querem segregar o que já é segregado. É isso que tem que se entender aqui. Quem quiser entender mais sobre política de cotas, se informe, leia e entenda que é uma luta dos movimentos negros deste país. Existem alguns movimentos negros que são contra a política de cotas, como a UNEGRO. Mas a grande maioria dos negros deste país são favoráveis à política de cotas. Era isso que eu queria dizer, que é uma política temporária, compensatória, mas que precisa ser feita. Nos Estados Unidos funcionou a política de cotas, por que no Brasil não vai funcionar? Então, neste dia 20 de novembro, viva Zumbi dos Palmares! Muito axé a todos e que se respeite a diversidade deste país multicultural. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Convidamos para fazer uso da palavra, a professora Cleonildes Gomes Pereira, diretora do Departamento de Educação Básica da Secretaria de Estado, de Educação e Desporto.

A Senhora **Cleonildes Gomes Pereira** (Diretora do Departamento de Educação Básica da Secretaria de Estado, de Educação e Desporto) – Bom dia a todos. Eu quero, na pessoa do Deputado Coronel Chagas, cumprimentar os componentes da Mesa. Na pessoa do Deputado Célio Wanderley, cumprimento os demais Deputados, e a todos os presentes, especialmente representantes dos negros.

Início minha fala com a pergunta: qual é a cor da nossa consciência? Eu acredito que todos nós, aqui presentes temos um pouco da raça negra, também como da raça indígena. Infelizmente, nós vivemos ainda em uma sociedade preconceituosa, que não valoriza a contribuição do negro no nosso país. E por conta disso, é preciso que se estabeleçam bens para que a gente possa de fato valorizar todas essas contribuições. A Secretaria de Educação vem desenvolvendo ações desde 2004 para atender as leis. E por conta disso, nós já desenvolvemos ações como aprovação da Resolução do Conselho Estadual de Educação, que instituiu diretrizes curriculares para o ensino de história de cultura afro-brasileira e africana do sistema estadual de educação de Roraima. Trabalhamos ainda com a inclusão do plano estratégico de ação, como implantar e implementar políticas voltadas para essas leis. A lei para desenvolver o referencial curricular, tanto do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio, na questão do ensino da cultura afro-brasileira. Nós avançamos pouco, mas estamos fazendo também ações para que isso se concretize. Por exemplo: o Departamento de Políticas Educacionais instituiu o prêmio dignidade, voltado para as escolas para que elas desenvolvam ações, para que essa nossa situação seja concretizada de forma que se valorize realmente a questão da cultura afro-brasileira. Por conta disso, eu trouxe o Projeto da Escola Maria dos Prazeres Mota para mostrar para vocês que a culminância do prêmio de dignidade vai se dá agora em dezembro. Esta Escola trabalhou a questão do preconceito, discriminação e violência contra as mulheres negras do Município de Boa Vista. Vejam, temos fortes evidências de que estamos contribuindo para essa situação acontecer cada vez melhor. Quero parabenizar a todos, se nós não nos engajarmos nessa luta, não teremos avanço nenhum, vamos lutar. Se continuarmos assim vamos ter grandes avanços, obrigada.

O Senhor Jorge da Silva Fraxe – Presidente da Seccional OBA/RR. Cumprimento o Senhor Presidente e os componentes da Mesa, em nome do Deputado Coronel Chagas, no Exercício da Presidência. Agradeço o convite, cumprimento, na pessoa do Deputado Erci, os demais Deputados, e todos os segmentos do movimento presente.

Senhoras e Senhores, a história deste país não pode ser contada sem relembrar a trajetória dos negros, a contribuição que deram, e ainda dão para o desenvolvimento, crescimento cultural, social, econômico e político. Hoje é uma data que expressa, que celebra não somente a igualdade racial dos negros, mas a luta pela isonomia entre os homens e mulheres, independente da raça e da cor, muitas medidas acima de tudo a dignidade daquele que traz mais melanina na cor. E se preciso for, mais leis serão criadas, pois enquanto o homem não mudar seus conceitos, faz-se necessária a lei para ditar regras de boa convivência, e os preconceituosos ainda existem porque inexistem neles os princípios morais básicos que regem a conduta humana, valores morais, como: honestidade, bondade, respeito e virtude. A Ordem dos Advogados do Brasil estará sempre atenta para combater as desigualdades e defender os princípios da dignidade da pessoa humana. Para combater a desigualdade, peço, com a devida vênia, Senhor Presidente, que esta Casa adote medidas que contribuam para implementação do Estatuto da Igualdade Racial, dando vida na prática, na consolidação dessa lei, medidas para coibir a violência policial, a discriminação e o preconceito praticados por servidores públicos em detrimento da população negra. Incentivos que promovam a ressocialização e proteção da juventude em conflito com a lei e expostas às experiências de exclusão social, conforme o que determina o estatuto.

Se necessário, Senhor Presidente, a Ordem estará em parceria para ajudar a implementar essas leis. É com este sentimento que venho a esta Casa participar deste movimento. O sentimento de não ficarmos discutindo esta ou aquela cota, mas sim, de uma inclusão de todo segmento da sociedade. A inclusão de uma cota numa faculdade não será suficiente para tirar essa

desigualdade no acesso a serviços, no acesso ao Estado pelo negro. Temos que ter ações conjuntas, pois só as cotas não serão suficientes. Essa foi a fala do nobre Borges, que foi interpretada de maneira muito radical pelo escritor. Mas falar de só olhar cota, não é olhar somente cota. Borges quis colocar era o olhar geral em todos os segmentos para que haja a inclusão do negro na sociedade, esse é o procedimento que efetivamente tem o respeito pela dignidade da pessoa humana. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Anunciou a apalavra do Corol Waney Raimundo Vieira Filho, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania que neste ato representa o Governador do Estado, José de Anchieta Junior.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de Roraima (**Waney Raimundo Vieira Filho**) – Bom dia a todos, gostaria de cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Ivo Som; Secretário de Cultura, Marco Aurélio Porto em nome do qual, cumprimento os demais membros da Mesa; quero cumprimentar a Plenária dizendo que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado e da Cidadania, tem buscado ações, visando diminuir a distância entre as raças brasileiras. Ouvimos com atenção o discurso dos nossos antecessores com relação às desigualdades. A preocupação do Governo é tentar, cada vez mais, diminuir essa desigualdade, em busca de uma aproximação maior, para que o Estado de Roraima seja um Estado mais justo, com uma forma de tratamento igualitário para a sua população.

Nós realizamos este ano a 3ª Conferência Estadual da Igualdade Racial com a presença de representantes da Secretaria da Igualdade Racial da Presidência da República, agora transformada em Ministério. Temos, pois, a certeza de que com a participação dos representantes do Estado de Roraima naquela conferência, nós tivemos vez à voz e voto nas propostas que foram levadas para a Conferência Nacional. Participaram 13 Municípios nas conferências realizadas aqui no Estado. Apenas o Município de Boa Vista e Uiramutã não realizaram conferência municipal. Da Conferência estadual participaram 100% dos municípios do Estado nas propostas levadas a Brasília. Juntadas às propostas dos demais 26 Estados da Federação, trabalhos com a equipe que buscou melhores condições para nossos negros, índios, ribeirinhos, quilombolas e demais integrantes do Estatuto da igualdade racial. Então, esperamos que com essa ação e com a criação do Conselho estadual de Igualdade Racial que será administrado pela Secretaria de Justiça e Cidadania. Com base nisso possamos dar um salto nas ações, apresentar propostas tanto para Poder Legislativo quanto para Poder Executivo, para que venha garantir a igualdade para todas as raças do Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ivo Som.

O Senhor Deputado **Ivo Som** - Bom dia Senhor Presidente, boa dia a todos os componentes da Mesa.

Senhoras e senhores, o dia da Consciência Negra para nós é motivo de orgulho. Tramita nesta Casa um projeto de minha autoria, antes mesmo de ser aprovado no Senado Federal. O referido projeto institui o dia 15 de novembro para comemorar o dia de Liberdade de Religião. Destaco que, na justificativa, não aceito e jamais aceitaria a discriminação religiosa. Qualquer pessoa tem direito de optar pela sua religião. E, também, tramita nesta Casa, como ontem foi destacada na imprensa pela Amazonsat, uma entrevista que concedi sobre o Estado de Roraima, referindo-me ao projeto de minha autoria. Há pouco o Coronel Waney, informou a criação do Conselho estadual da Igualdade Racial e dá outras providências, que será administrado justamente pelo secretário aqui presente. Aliás, falando com ele, resumindo, ele disse que fica criado o Conselho Estadual de Igualdade Racial, órgão colegiado de caráter permanente, consecutivo, deliberativo, vinculado à Secretaria de Estado e Cidadania- SEJUC-RR. Então, isso já foi protocolado, e, ontem, li todo esse projeto e não quero adentrar para não me delongar. Apenas faço um resumo da minha justificativa no projeto: a desigualdade racial brasileira, associada a formas fúteis, sutis de discriminação impede o desenvolvimento das competências e do progresso social, sejam elas negras, indígenas, ciganas e afro-descendentes. Essa desigualdade secular trava o desenvolvimento, concentra riquezas e oportunidades nas mãos de alguém. Condena o País a viver o seu potencial pela metade, por isso, a promoção da desigualdade social não é apenas um compromisso ético, mas, diretrizes políticas, valorizando o ser humano, acima de tudo, a economia e o desenvolvimento do País, do Estado ou do Município. A proposta para criar o Conselho Estadual de Políticas para a desigualdade social garante o combate ao racismo, ao preconceito, inclusive, a institucionais e a intolerância religiosas, a credo, cor e desigualdade raciais, visando a promoção da igualdade social para o desenvolvimento sustentável ao povo merecedor do respeito como a qualquer povo. Fica mais ainda, diante de qualquer situação, não devemos distinguir ninguém pela sua cor, seja ela branca, parda, negra ou morena, terá por finalidade deliberar sobre as políticas públicas que promovam igualdade racial para combater a discriminação, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, atuando na fiscalização dessas políticas, que sejam mais justas para esse povo.

Senhor Presidente, quero deixar registrado que, em fevereiro deste ano, a Presidenta Dilma criou o Estatuto Federal, criando não só secretaria,

mas ministério, valorizando toda classe para que não haja discriminação perante a lei, respondendo até criminalmente. Seja indistintamente proibido a qualquer cidadão tentar discriminar qualquer cidadão pela sua cor ou religião. Já é lei federal, e no artigo 26 diz: Ficam os estados e os municípios incumbidos a criar emergencialmente todos os seus estatutos, municipais ou estaduais, dando o direito mais digno, de vida a todos em qualquer situação para não haver discriminação racial. A todos vocês, muito obrigado. Lembrando que esta Casa é do povo, portanto, mais do que nunca devem lutar pelos seus direitos. Glória ao dia 20 de novembro: Dia da Consciência Negra. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Convidamos para fazer uso da palavra a Excelentíssima Senhora Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Bom dia a todos. Saúdo a Mesa, em nome de todos, principalmente dos representantes de segmentos culturais presentes. Quero falar também em nome de nosso Presidente, que, ontem, teve que se deslocar, do estado, portanto está ausente hoje, mas aqui estamos. E como já foi falado, pois tínhamos uma audiência com o Secretário de Obras e os outros Deputados que não estão aqui, certamente estão lá. Eu fico triste diante de certas situações como você falou: 300 anos depois da abolição da escravidão, enquanto estamos aqui discutindo igualdade racial, tentando criar um dia para que as pessoas lembrem que nós temos um adversário racial muito grande neste País. Repito, fico entristecida com essas questões, porque não gostaria que se comemorasse dia internacional da mulher, não gosto disso, porque considero as pessoas iguais. Fico tomada pelo sentimento de tristeza quando se fala na situação das favelas, não sei se isso é desigualdade porque vejo brancos e pretos na cadeia. E, também, quando se ouve que tem que haver cota para existir o negro, como se o negro não fosse gente. Para eu dizer que sou negra, basta eu declarar que sou parda. E para ter direito a cotas na Universidade, basta eu declarar isso. E quem é que não é pardo neste País? Onde é que está a pureza racial neste País? Será que trabalho escravo só é com negro? Não. É com o pobre, em condição social péssima, quem não tem acesso à escola, que está aqui num buraco de uma vicinal ou numa favela do Rio de Janeiro. Na cracolândia, não é só preto, não. É o pobre. Portanto, vejo essas coisas com tristeza, nós temos que brigar por igualdade racial num País que não tem raça pura. Eu sou a negra da minha família, tenho um pai de olhos azuis e uma mãe negra. Eu me criei no ambiente onde a família do meu pai era o pessoal mais racista que podia existir. E eu acho que nós, negros, diferentes, de alguma forma, nós somos racistas. Parece que a gente tem medo disso. E é da mesma forma que eu vejo, com relação à mulher. Nesta Assembleia, temos duas mulheres Deputadas, Ângela e eu. E a mulher, pela sua condição social, talvez ainda tenha medo de participar. Eu tenho 20 anos de Assembleia. Preta, não tinha padrinho para me dar mandato, não. Eu entrei numa universidade sem padrinho e sem cota. E, hoje, dói quando nós recebemos nos nossos gabinetes um pai de família que chega e diz assim: eu não pude pagar minha faculdade. Ai eu olho para a mãe e pergunto, se eu pagar minha matrícula, você vai poder pagar a mensalidade ganhando um salário mínimo? Não. Eu olho para a filha e digo: filha, você tem 17 anos de idade. Nós temos cerca de 50% de vagas não preenchidas nas Universidades Federal e Estadual. Estão lá, vazias. Por que você não fez lá? Ah, porque é muito difícil, Deputada. Na particular é só eu chegar e já passo. E depois, eu vou ter pessoas de nível superior atrás de emprego para limpar chão! Parece que a condição social já discrimina. As pessoas absorvam isso. Ai eu vejo uma jovem de 17 anos dizer que é difícil entrar numa Universidade Federal ou Estadual que tem 50% das vagas ociosas porque tem que estudar. Lembro-me do tempo que eu estudava. Talvez eu esteja errada, eu estudava com a lamparina. Na minha cidade não tinha nem energia elétrica. Então, eu acho que tudo o que se pode fazer para melhorar as condições, para apoiar a questão da diversidade, qualquer que seja a cultura, racial, tem que ter o apoio de todos nós. Entendo a sociedade como uma sociedade de direitos iguais, onde todos têm que ir à luta por essa igualdade. Mas a questão da discriminação, a meu ver, está muito na nossa cabeça. Não tem nenhuma lei que prenda alguém porque é preto. Claro que os índices de emprego são menores. Talvez a nossa população negra também tenha um índice menor. Mas tem que estar na nossa cabeça que este Estado, este país e este mundo têm que ter lugar para todos. E que a gente busque driblar esses pensamentos mesquinhos que ainda existem. Eu não lembro qual a frase que a professora citou aqui no início. A discriminação está na nossa consciência, na nossa cabeça também. Eu não estou dizendo com isso que a gente tem hoje, se a gente for levantar. O índice de analfabetismo, a falta de acesso à escola é para o branco, é para preto. Então, o que tem na minha cabeça, quando eu vim para Roraima eu vim sozinha para cá, com um filho e desempregada. E estou aqui buscando o meu espaço. Fico triste quando a gente chama as mulheres e não as encontra. Não, não quero, é uma coisa ruim. É coisa que muda a vida das pessoas. É aqui que as pessoas vêm pedir apoio. Então, tem que ter a participação de todos.

Eu quero dizer que já tem projeto tramitando nesta Casa com re-

lação ao dia 20, como o dia da Consciência Negra, da Diversidade Religiosa. Nós respeitamos todos. Nunca podemos desrespeitar as religiões que têm um Ser Divino que nos comanda. Todos nós somos comandados por Ele. Então, a gente parabenizar todos os envolvidos nesta causa, em nome de nosso Presidente. Esta Casa está à disposição, respeitando o pensamento de todos. Aqui não tem nenhum sangue azul, todo mundo é fruto de uma miscigenação imensa. A principal luta do país, conforme observa o que se fez aqui com os índios. Jonas Marcolino está ali, tiram 50% das nossas terras para os índios, isso não é coisa nenhuma, o índio é tutelado, não tem nem o direito de pensar, de explorar como quer. Dispor daquilo que a política pública defeituosa e mal feita deste país, que usa o índio para esconder outros interesses que não sejam os deles que continuam peregrinando com fome, sem saúde e sem escola no meio da rua. É a realidade a gente tem neste país. Agradeço todos, que esta Casa está sempre aberta. Posso afirmar que nenhum dos 24 Deputados, em momento algum, vai achar que é menor a luta de cada um de você, e deixarem de se envolver para que ela se torne igual. Obrigada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia. Cumprimento, em especial, a Glória, a Cláudia, todos que aqui representam o seu segmento na luta por justiça, igualdade, reparação das injustiças cometidas no decorrer da história do nosso país. Houve 388 anos de escravidão no Brasil, um pouco mais de 100 anos da libertação dos escravos. Muitos aqui têm avó, bisavó que foi escravo. O nosso país é formado por várias culturas, raças em relação às quais nos orgulhamos como amantes do futebol. É motivo de satisfação ver o Pelé sendo reconhecido como o rei do futebol, o nosso rei. A gente se orgulha quando Gilberto Gil leva as suas belas composições, para representar o Brasil mundo a fora; nos orgulha dos Ronaldinhos, negros, todos no futebol brasileiro, nos orgulhamos da música, da nossa culinária tão rica, tendo a contribuição da raça negra na construção deste Brasil. Não conheço a história tão bem quanto o professor Lobão, mas sabemos que nenhum negro veio para cá de livre e espontânea vontade, foram pegos lá na Angola forçados, vierem para cá, escravizados durante 388 anos, isso é fato. Os movimentos, ocorridos no Brasil, na busca de uma independência estava lá envolvida a questão negra, mas sempre como segundo plano, o negro nunca foi protagonista de fato, um ou outro movimento como o zumbi dos palmares que só hoje a nação brasileira vem reconhecê-lo como grande herói da nossa gente, chegamos a esse entendimento. Hoje o que se implanta no Estado são políticas públicas de reparação dos danos feitos a essas minorias, isso é fato. Discordo da minha colega Aurelina. Dou um exemplo prático: na questão das políticas de cotas, o governo Lula e Dilma, nos últimos dez anos tem feito ações positivas para recuperar as injustiças cometidas durante trezentos e poucos anos de escravidão, tanto com os negros como com os índios. Mas, ainda é pouco, temos coisa a fazer. A política de cota é uma, entendemos que tem outro fato que se sobressai: assim como a Deputada Aurelina, Joaquim Barbosa e tantas outras pessoas de origem negra que conseguiram ascensão na sociedade, mas são fatos isolados. A posição de Joaquim Barbosa, como Ministro, nos orgulha, chegamos a dizer que, o Brasil está melhorando, um negro chegou ao Supremo, é uma ascensão, porque temos de prática os quilombos em forma de favela Brasil a fora. Desculpem-me, mas eu defendo a política de cota, e vou dar um exemplo prático. Observamos a nossa Universidade Federal, no curso de medicina, qual a possibilidade de um pobre negro adentrar no curso de medicina da Universidade Federal de Roraima? É quase zero. Acumula toda uma injustiça nesses anos de escravidão, estudou a vida toda em escola pública, feita para o negro, para o pobre, ai vai disputar um vestibular de medicina na Universidade com aquele que estudou numa escola particular, privada, fez os melhores cursinhos. A quantidade de neurônio do negro e do branco é a mesma, eu imagino, não tenho entendimento na área de medicina, mas as oportunidades que foram criadas no decorrer da história são diferentes. Temos outro caso de exceção, Deputado Célio é um, Deputado Brito, muitos outros que vieram do nordeste e conseguiram galgar a escada de ascensão na sociedade, enquanto a grande maioria continua nas periferias, estudando em escolas públicas, ensino de péssima qualidade. Portanto, se não houver uma política pública clara por parte do Estado para fazer as reparações das injustiças cometidas durante anos tanto contra o negro como contra o índio. Por si só, o negro terá muitas dificuldades, vamos levar no mínimo mais 300 anos para haver equilíbrio entre as raças que compõem a nossa sociedade. Obrigada.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, peço vênha à Mesa para cumprimentar todos, em nome do Deputado Coronel Chagas. Em relação à miscigenação racial que tem nosso país sendo a mais forte que se observa em todos os debates, por conta da democracia em nosso país. Quanto ao preconceito que existe no nosso país, não é só o preconceito racial, existe o preconceito religioso, de classe, regionais, existe um tremendo preconceito contra os nordestinos, tem até um poeta nordestino que diz: “nordestino sim, nordestinados não”. Ou seja, que os nordestinos são destinados a não ter qualidade de vida porque são Estados que compõem uma parte do nosso País que não chove, ou que

as pessoas não têm direito a ter dignidade, enfim, existe preconceito de que os nordestinos, eles não têm esse direito igualitário. Eu sou nordestino, nós temos até tantos apelidos, é cabeça chata, é bucho quebrado, é bicho feio. Os nordestinos são destratados neste País. E aí vêm também os negros, os índios, aqui na região norte também, muitas vezes vítimas de preconceitos. Falo como brasileiro, fruto dessa miscigenação racial toda, como a Deputada Aurelina colocou aqui. Eu não pleiteio nenhum tratamento diferenciado, nenhum tratamento diferenciado, eu pleiteio um tratamento igualitário. Eu sou a favor das cotas também, por conta dos anos que os negros foram explorados em nosso País, e foram eles que derramaram a maior quantidade de suor para o avanço, sobretudo, no setor produtivo. A custa de muito suor de negros, de indígenas, é que europeus e outros povos conseguiram crescer neste País, na formação da base estrutural do nosso Brasil. Após esses grandes movimentos de povos, hoje somos miscigenados, fruto desses povos. Para refletir, deixo a frase: o pior ou a pior das discriminações, na minha consciência, é a auto-discriminação, pessoa que autodiscrimina. Eu já ouvi dizer: Não, só porque eu sou nordestino, nasci lá na roça, não tive oportunidade, eu não consigo, mas é possível, consegue, consegue sim. Primeira coisa que nós temos que ter é acreditar em si. Acreditar em si próprio e acreditar em Deus, no Ser Divino que nos guia, independente de religião, contando com o apoio desta Casa, onde têm pessoas pardas, pessoas negras, como a Deputada Aurelina, conforme ela colocou aqui, negra sim. Até, carinhosamente, a chamamos de negra velha, de neguinha, mas está aqui. Tem o Ministro do Supremo Tribunal Federal, atualmente centro das atenções, negro, pretinho, e que veio do berço da pobreza. Está lá, fazendo justiça, inclusive, colocando na cadeia pessoas que mandaram no Brasil há pouco tempo. A autodiscriminação, alto lá! Tenham esta consciência. Vamos partir do princípio que todos nós somos filhos de Deus, seres humanos, portanto capazes de chegar aonde nós queremos chegar, independente dessas barreiras, que são todas transponíveis. Deixo esta mensagem com a intenção de que cada um deve acreditar em si, devemos sonhar grande, porque a mesma energia que nós gastamos para sonhar pequeno nós gastamos para sonhar grande. Então, vamos sonhar em termos grandes, dar a nossa parcela de contribuição para que a dignidade chegue a todas as casas deste País, independente de cor, independente de classe social, ou de religião. Somos todos capazes de sermos felizes, somos todos irmãos, independente de cor, sobretudo na essência humana. Todos, indistintamente, viemos aqui para sermos felizes. Agradeço ao Presidente Chico Guerra pela oportunidade, abrindo esta Casa para todos os segmentos da sociedade, em várias audiências públicas. Parabéns ao Deputado Coronel Chagas, e a todos vocês que fazem parte desses movimentos sociais, levantando causas cruciais, cobram da classe política, providências necessárias para anular a desigualdade racial deste País. Parabéns a todos.

O Senhor Presidente, Deputado (**Coronel Chagas**) - Parabéns, Deputado Brito, pelo seu pronunciamento. Nós queremos, neste momento, agradecer ao artista Mick Guybraz, cantor guianense, radicado em Boa Vista, também ligado ao centro cultural Senzala da capoeira, através do mestre Renato Lopes, que se apresentaram no Hall da Assembleia Legislativa em evento alusivo ao Dia da Consciência Negra. A apresentação foi concorrida e muito bonita, enfim, queremos destacar a importância desta data para o movimento negro no País, por que não dizer mundial, que nos remete ao dia vinte de novembro de mil, seiscentos e noventa e cinco, como já dito, dia em que Zumbi, rei do Quilombo dos Palmares e líder da resistência negra contra a escravidão, foi morto. Séculos se passaram, Zumbi dos Palmares foi reconhecido herói e sua luta continua viva entre nós. Muito obrigado a todos. Vamos continuar nessa luta, e que Deus nos ilumine e guarde.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** - E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convidando todos, desde já, para a próxima Sessão Plenária, de amanhã, no horário regimental. Obrigada a todos.

Estiveram presentes à Sessão, os Senhores Deputados: Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portella, Gabriel Picanço, George Melo, Ivo Som, Jalsner Renier, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 21/11/13

ATAS COMISSÕES

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 046/13, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO 2013, PARA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E RELATOR.

Aos três dias de dezembro do ano de dois mil e treze, às onze horas e quarenta minutos, no Plenário, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Interna, Criada nos termos da Resolução nº 046/13, Composta pelos Senhores Parlamentares: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Ionilson Sampaio**. **ABERTURA:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Senhor Deputado **Erci de Moraes** nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos Candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Ionilson Sampaio**. Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados: Para Presidente, a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**; para Vice-Presidente, o Deputado **Mecias de Jesus** e para Relator, o Deputado **Ionilson Sampaio**. Logo após a eleição, a Senhora Presidente, Deputada **Aurelina Medeiros**, estando com a palavra agradeceu a todos pela escolha do seu nome, informando a todos que convocará a próxima reunião logo que necessário. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas e quarenta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, **Márcia Brito Wanderley**, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação. Deputada **Aurelina Medeiros**
Presidente da Comissão
 Aprovada em: 04/12/13

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N.º 046/2013, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2013

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às onze horas e dez minutos, no Plenário, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Interna, Criada através da Resolução nº 046/13, para analisar e dar parecer a **Proposta de Emenda à Constituição n.º 006/13**, de autoria Governamental, que **“Altera e acrescenta dispositivos à Constituição do Estado de Roraima e dá outras providências”**. **Abertura:** A senhora Presidente solicitou a verificação de quorum, ficou constatado a presença dos senhores Parlamentares: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Naldo da Loteria e Ionilson Sampaio** e ausência do Senhor Deputado **Mecias de Jesus**, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, solicitou à Secretária proceder à leitura da Ata da Reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado **Ionilson Sampaio**, foi dispensada a leitura da Ata, cujo teor já era de conhecimento dos senhores Deputados devido a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do dia:** Dando continuidade, a Senhora Presidente constatou, na Ordem do Dia, **Parecer ao Projeto de Emenda Constitucional N.º 006/13**, de autoria Governamental, que, para a deliberar a matéria, solicitou ao Senhor Relator **Ionilson Sampaio** proceder à leitura do seu Parecer, porém, antes de iniciar a leitura, o Senhor Deputado Brito Bezerra pediu vistas à matéria e após consultar a Comissão a Senhora presidente concedeu com data limite até o dia cinco de novembro às 9h. **Encerramento:** Onze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença dos Senhores Parlamentares e membros da Comissão E, para constar, eu, **Márcia Brito Wanderley**, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois assinada pela Senhora Presidente será encaminhada à publicação. Deputada **Aurelina Medeiros**
Presidente da Comissão
 Aprovada em: 12/12/13



APROXIMANDO
O PODER LEGISLATIVO
DA POPULAÇÃO.

